

Plano de triagem individual profissionalizante: estudo para avaliação, capacitação e contratação de pessoas com deficiência (PCD)

Professionalizing individual screening plan: study for the evaluation, capacitation and hiring of persons with disabilities (PwD)

Carolina Costa Resende¹

Patrícia Maria Cardoso Santos²

Brunna Rezende Furst³

Kedema Ferreira Gregório Silva⁴

RESUMO

Por meio do projeto de extensão Rede Incluir, propõe-se o desenvolvimento de um instrumento de triagem e a avaliação integral da pessoa com deficiência (PCD) que procura a PUC Minas em busca de capacitação para inserção no mercado de trabalho. Nesse contexto, o objetivo da elaboração desta nova ferramenta é gerar uma referência de avaliação que demonstre as potencialidades, interesses e aptidões, considerando a interface dessas variáveis com o grau de autonomia para a vida diária e o perfil cognitivo do indivíduo, oferecendo subsídio para constatação da situação do sujeito, e auxiliando assim, na tomada de decisão no que se refere ao futuro de profissionalização da PCD. A ferramenta elaborada está sendo construída por meio da revisão de materiais já existentes que abordam os temas pessoas com deficiência, seleção de pessoas para o mercado de trabalho, construção de questionário, dentre outros, e a partir deste ponto, abordando a criação independente de acordo com as demandas exigidas pelo contexto. Em fase de pré-teste, já é observável a efetividade da ferramenta e o grande potencial para a avaliação no momento do recrutamento das pessoas com deficiência, o que leva à conclusão de que, apesar da necessidade de adaptação da ferramenta até sua versão final, tem-se em construção um instrumento extremamente necessário e viável em sua execução.

Palavras-chave: Inclusão social. Pessoa com Deficiência. Triagem. Capacidades.

ABSTRACT

Through the extension project Rede Incluir, its being proposed the development of a screening instrument capable of the integral evaluation of the Person with Disability (PwD) that seeks PUC Minas aiming capacitation for insertion in the job market. In this context, the objective of making this new tool is to create an evaluation reference that shows the potentialities, interests and abilities, considering the interface of these variables with the autonomy degree for day-to-day life and the individual's cognitive profile, offering subsidies towards the verification of that person's situation and creating the possibility of aiding the PwD's future career choices. The tool is being built via the review of existing materials including the following - themes: person with disability, people selection in job market, questionnaire

¹ Doutora em Psicologia e Professora da PUC Minas. E-mail: carolinaresende@pucminas.br

² Mestre Fisioterapeuta e professora da Rede Incluir- PROEX/PUC Minas. E-mail: patriciacardoso@pucminas.br

³ Graduada em Psicologia pela PUC Minas Coração Eucarístico. E-mail: brunnafurst@gmail.com

⁴ Graduada em Pedagogia pela PUC Minas Coração Eucarístico. E-mail: kedema2004@gmail.com

construction and others, and from this point, starting the independent creation according to the demands required by the context. In the pre-test phase, it is already observable the tool's effectiveness and the great potential in the facilitation of recruitment processes and evaluation of the persons of disabilities, leading to the conclusion that even though there's a necessity of the tool's adaptation until its final version, an extremely necessary and efficient tool is under construction..

Keywords: Social inclusion. Person with disability. Screening. Abilities.

1 INTRODUÇÃO

O presente relato tem como objetivo apresentar o desenvolvimento da ferramenta Plano de Triagem Individual Profissionalizante (PTI), desenvolvido por equipe multidisciplinar de alunos e docentes da PUC Minas, no ano de 2018, por meio de demandas do projeto de Extensão Rede Incluir. Deve-se ressaltar a importância do formato da equipe de desenvolvimento da ferramenta (multidisciplinar), que só se fez possível pela prática de extensão dentro do espaço universitário, contribuindo para a formação dos graduandos, tornando-os profissionais atentos aos problemas e demandas da comunidade, preocupados e preparados para atendê-las, capazes de explorar a prática profissional antes de entrarem no mercado de trabalho.

Dessa forma, busca-se neste relato reafirmar a importância dessa modalidade de ensino, demonstrando o resultado obtido pelo grupo, os diversos critérios utilizados e aspectos envolvidos na construção da ferramenta e discutir a importância da inclusão da pessoa com deficiência (PCD) e a necessidade de criação de instrumentos que viabilizem sua participação ativa e efetiva no mercado de trabalho.

A definição de deficiência se constrói sob diversas perspectivas compreendendo aspectos entre o 'eu' da pessoa com deficiência e o 'outro'. Nesse contexto, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI –, Nº 13.146 de 2015, esclarece, em seu artigo 2º, para os devidos fins de garantia de direitos: "Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial" (BRASIL, 2015). Seguindo esse pressuposto legal, torna-se mais provável assegurar uma reflexão mais complexa e abrangente do tema.

Ao levar em consideração que há uma significativa desigualdade no tratamento das pessoas com deficiência em relação aos demais indivíduos, pode-se afirmar a existência comum de práticas discriminatórias com essa parcela da população. Isso se torna visível, por exemplo, no quesito da acessibilidade, incluindo equipamentos, serviços e acesso a informações que deveriam possibilitar a autonomia e a participação plena.

Embora atualmente existam diversos dispositivos legais para promover a inclusão, conforme citam Silva; Leitão e Dias (2016) – constam, para além da Constituição da República Federal do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988), mais seis Decretos (nº 3.298, de 20 de dez de 1999; nº 3.956, de 08 de outubro de 2001; nº 6.949, de 25 de agosto de 2009; nº 129, de 22 de maio de 1991; nº 5.452, de 1º de maio de 1991; nº 186, em 30 de março de 2007), uma Emenda Constitucional (nº 45, de 31 de dezembro de 2004) –, e outras diversas leis que expressam especificamente o direito das PCD; contudo, nota-se que persistem os desafios em sua implementação e em práticas de monitoramento efetivas, quer seja entre o setor público ou o privado.

Sendo assim, por meio da motivação pela constatação das lacunas existentes no processo de inclusão da PCD, foi criado em abril de 2018, um novo eixo de projeto de extensão na Rede Incluir denominado PTI (Plano de Triagem Individual), com o intuito de produzir um instrumento eficaz de triagem de habilidades e competências desses sujeitos, atendendo a demandas da PROEX PUC Minas (que possui como valor a inclusão social), e atentos às necessidades de um mundo humanizado, que exige para além de uma sociedade que somente inclua vagas formais para PCD, uma melhora na seleção, integração e manutenção dessas no mercado de trabalho, garantindo assim um melhor caminho para seu aproveitamento e desenvolvimento, bem como um ambiente laboral que seja inclusivo e produtivo.

O art. 3º do Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005 situa que: “Para os fins do contrato de aprendizagem, a comprovação da escolaridade de aprendiz com deficiência deve considerar, sobretudo, as habilidades e competências relacionadas com a profissionalização” (BRASIL, 2005). Evidencia-se a complexidade da avaliação da PCD, que muito além da comprovação de nível escolar, aponta para a necessidade de uma ferramenta direcionada especialmente a este público, que explicita as diversas habilidades e competências, considerando sempre a gama extensa de capacidades e limitações (cognitivas ou outras) possíveis nas pessoas com deficiência.

No entanto, em nossas pesquisas bibliográficas, não foram encontrados testes e tarefas neuropsicológicas especificamente destinadas às PCD em relação à inserção no mercado de trabalho no Brasil, evidenciando a relevância do investimento em pesquisas e testes para pessoas com e sem deficiências conjuntamente, ou seja, desenvolvidos sob a ótica da metodologia do Desenho Universal (OLIVEIRA; NUERNBERG; NUNES, 2013).

Em âmbito internacional, também não foi possível identificar instrumentos disponíveis para a garantia do cumprimento dos direitos (BRASIL, 2009; ONU, 1975) para essa parcela expressiva da população e, muitas vezes, o clínico ou pesquisador tem que realizar acomodações ou

modificações na aplicação dos testes, o que pode alterar de forma não esperada as propriedades psicométricas dos mesmos (HILL-BRIGGS *et al.*, 2007), sobretudo a validade e a fidedignidade. Consequentemente, as interpretações dos resultados ficam comprometidas.

Dessa forma, através do projeto de extensão PTI da Rede Incluir, propõe-se como objetivo o cumprimento dessas demandas por meio do desenvolvimento de um instrumento de triagem e a avaliação integral da pessoa com deficiência – PCD – que procura por capacitação nos projetos de extensão universitária desenvolvidos pela PUC Minas e/ou pela inserção no mercado de trabalho. Assim, a elaboração dessa ferramenta inovadora procura gerar uma avaliação adequada, que demonstre as potencialidades, interesses e aptidões, considerando a interface dessas variáveis com o grau de autonomia para a vida diária e o perfil cognitivo do indivíduo.

Busca-se propiciar um direcionamento que possibilite alcançar resultados mais eficientes, igualitários e inovadores para a inclusão, auxiliando a PCD nos processos de seleção para vagas de emprego formal em empresas que necessitam do cumprimento de cota legal. Ademais, viabiliza, por meio do processo de triagem, que as PCD com maior grau de acometimento sejam acolhidas pela PUC Minas e outras instituições, de forma a trabalharem dentro de suas necessidades e potencialidades.

2 DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

A frequente dificuldade no direcionamento dos candidatos aos cursos de capacitação para pessoas com deficiência, ofertados pelo projeto Rede Incluir, levou à necessidade de criação de uma ferramenta que trouxesse melhorias para a triagem de potencialidades desses candidatos, uma vez que não se conseguia prever se suas capacidades estavam de acordo com as exigidas pelos cursos.

Para a elaboração da ferramenta, propôs-se, no início do ano de 2018, uma equipe multidisciplinar, capaz de trazer questões de diversos âmbitos, contando com profissionais da Psicologia, Fisioterapia e Estatística, além de extensionistas graduandas de Psicologia, Fonoaudiologia, Direito e Pedagogia, que participaram de todo o processo de criação do formato, conteúdo e ajuste da ferramenta conforme a equipe observava a necessidade. A modalidade de extensão da qual nasceu a demanda e em que foi desenvolvido o PTI se fez totalmente eficiente e enriquecedora para todos os envolvidos, uma vez que abriu possibilidades de discussões entre os saberes e os diferentes graus de ensino de forma menos hierarquizada, a aplicação prática de conhecimentos aprendidos em sala de aula e o aprendizado no desenvolvimento de autonomia, confiança e proatividade das alunas envolvidas no processo.

Diante desse cenário, para criação do instrumento, utilizou-se de materiais já existentes, dentre eles a revisão do questionário utilizado pelo projeto, verificando aspectos que estavam presentes e idealizando alguns que deveriam ser acrescentados, além da leitura da CIF – Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (OMS, 2004), uma vez que se considerou a necessidade de abordar as funcionalidades do sujeito e embasar fidedignamente o que é proposto pela área da saúde.

2.1. Metodologia

De início, os cursos foram separados em níveis de dificuldade, porém, essa tática não seria possível, pois cada curso exige diferentes habilidades / capacidades, não podendo ser feita uma ordenação linear como proposta. Surgiu, a partir disso, a organização em diferentes subdivisões que seriam avaliadas parcialmente e como um todo, indicando os *déficits* e capacidades da PCD, a fim de avaliar e tornar possível a intervenção (no caso de instituições de ensino).

A equipe contou com apoio de um professor de Estatística, para que fosse possível a validação do instrumento, o qual deveria ser formatado de modo que pudesse gerar score, ou seja, que fosse mensurável o que estava sendo colocado, garantindo que o resultado não fosse refém da interpretação do aplicador. O formato foi estabelecido conforme a escala de Likert (1932), a qual apresenta uma série de cinco proposições, das quais o respondente deve selecionar uma, podendo estas ser: concorda totalmente, concorda, sem opinião, discorda, discorda totalmente. A partir do estabelecimento inicial das subdivisões, partimos para modificações no instrumento geradas por meio de discussões acerca da efetividade das perguntas em relação às possibilidades de resposta do entrevistado, notando assim, falhas, redundâncias, acréscimos, entre outras adaptações necessárias.

Com o desenvolvimento da construção, foi observado que, além de colaborar com a inserção da PCD nos cursos de capacitação da Rede Incluir / PUC Minas, o PTI seria uma ferramenta extremamente útil para empresas que encontram dificuldades para o preenchimento das vagas para PCD, devido à falta de ferramentas disponíveis para uma triagem de potencialidades e interesses desses candidatos, nascendo assim, a relevância da criação de tópicos relacionados aos interesses profissionais e mercado trabalho.

Dessa forma, iniciou-se a fase do pré-teste em uma amostra por conveniência, na qual os alunos da Rede Incluir de diversos cursos e níveis de comprometimento se voluntariaram para a aplicação do questionário até então definido.

Ao fim de quatro aplicações de pré-teste, foi possível notar que, pelo conteúdo inicial do questionário aplicado, seria possível distinguir um determinado padrão de funcionalidades e autonomia da PCD. Para os candidatos com maior grau de comprometimento e menor autonomia, a ajuda de um responsável ou acompanhante se torna indispensável, em contrapartida, os candidatos com menor grau de comprometimento e maior autonomia conseguem responder ao conteúdo inicial sem ajuda e nos proporcionando evidências de maior independência.

Nesse mesmo âmbito, foi percebido que algumas perguntas se tornavam desnecessárias no contexto específico, dependendo do grau de comprometimento, surgindo assim a divisão do questionário em dois cadernos: Potencial Candidato ao Mercado de Trabalho e Não Candidato ao Mercado de Trabalho. Dessa forma, os cadernos, até o momento atual, contam com os seguintes itens:

- **Potencial candidato ao Mercado de Trabalho:** Identificação, Condição Geral de Saúde, Linguagem, Autonomia e Qualidade de Vida, Controle Emocional, Informação Escolar, Habilidades Gerais e Laborais, Questões relacionadas ao Trabalho.
- **Não candidato ao Mercado de Trabalho:** Identificação, Condição Geral de Saúde, Funções Cognitivas, Linguagem, Autonomia e Qualidade de Vida, Informação Escolar, Habilidades Gerais.

Essa divisão foi realizada com o intuito de direcionar cada sujeito de forma mais adequada possível, observando suas capacidades e habilidades atuais em relação às atividades propostas nos projetos da Rede Incluir; portanto, enfatizamos e esclarecemos que não é uma ação com o objetivo de rotular, estigmatizar ou desaprovar os sujeitos participantes.

No quadro apresentado a seguir, elencamos algumas informações que esclarecem sobre a distribuição atual da classificação definida no PTI, e em que estas consistem.

Quadro-1 Relação dos tópicos do questionário PTI

Tópicos	Descrição
Identificação	Dados Pessoais e Familiares. Já se pretende que o fato de ser a pessoa ou algum familiar quem vai responder, indique qual caderno será utilizado.
Condição Geral de Saúde	Aspectos da saúde Intelectual e Física, baseados na CIF (OMS, 2004).

continua

Tópicos	Descrição
Funções Cognitivas	Percepção Geral e Atenção.
Linguagem	Oralidade, Escrita, Leitura e Comunicação Alternativa, incluindo testes simples para análise de critérios como a Escrita.
Autonomia e Qualidade de Vida	Tarefas que o PCD executa dentro e fora de casa, além de itens relacionados à Qualidade de Vida e Lazer.
Habilidades Emocionais	Focado no ambiente de trabalho, o item verifica a reação mais frequente do PCD em situações de estresse, novas situações e divergências de opiniões.
Informação Escolar	Escolaridade e Conhecimento Matemático, incluindo utilização de teste simples para verificação de noção numérica.
Habilidades Gerais	Leitura, Escrita, Digitar e Língua Estrangeira. Estes itens, apesar de mesmo nome de alguns da Linguagem, foca para além do saber, no hábito e na proatividade da PCD em cada aspecto.
Habilidades Laborais	Verificação da forma que a PCD lida com o Trabalho em Grupo, Cumprimento de prazos e se possui Liderança, Foco, dentre outros fatores.
Questões relacionadas ao Trabalho	Questões relacionadas ao histórico profissional da PCD.

Fonte: Elaborado pelas autoras conforme os dados selecionados do questionário PTI.

O Pré-Teste com um número desejável, 15 voluntários, possibilita subsídios práticos para a verificação de quais itens foram efetivos e relevantes, quais devem ser revistos e/ou são irrelevantes, além de possíveis empecilhos no formato, aplicação, dentre outros. Assim, somente após essas mudanças, será possível prosseguir com o desenvolvimento da versão final do instrumento.

2.2. Discussão

Conforme afirma Carmo (1991), a temática da deficiência precisa ser analisada de forma crítica, observando os diversos significados atribuídos a ela pela sociedade, de modo que, seria um erro atribuir valor a um pensamento reducionista sobre a deficiência. Sendo assim, podemos dizer que a ferramenta em desenvolvimento nos permite ampliar a visão sobre as potencialidades da pessoa com deficiência, enxergando não apenas as dificuldades encontradas a partir das limitações fisiológicas, mas sim, o que deve ser trabalhado para o desenvolvimento das suas habilidades e melhoria cognitiva. Sob essa ótica, ganha particular relevância a construção de reflexões que auxiliem e contribuam de forma útil aos profissionais e demais interessados em promover a inclusão.

Baseado em Aaker *et al.* (2001), alguns fatores são primordiais para a construção de um questionário, dentre eles, podemos citar o bom senso e a experiência do pesquisador como importantes quesitos para se evitar vários tipos de erros. Dentro dessas especificações, seguimos critérios rigorosos na padronização das alternativas elaboradas, contando com professores experientes na área de inclusão e sua ampla gama de variações.

Ainda segundo o autor, a construção de um questionário é considerada uma “arte imperfeita”, na qual não existem procedimentos exatos que garantam que os objetivos alcançados sejam de boa qualidade. Em nosso estudo, contamos com o apoio de um estatístico, que nos instrui a respeito do escore que desejamos criar, para que, por meio da análise estatística, possamos garantir que a operacionalização do atributo latente nos itens criados de fato corresponda ao atributo que se pretende mensurar. Assim, a escala que estruturamos, baseada na Escala de Likert (1932), garante que os itens sejam avaliados no mesmo molde, o que gera uma maior consistência estatística, possibilitando que após o Pré-Teste seja verificada a validade da ferramenta correspondente às evidências baseadas na estrutura interna, notando a contribuição de cada item ao teste como um todo.

Até o momento, não é do nosso conhecimento a existência de uma ferramenta específica para a análise das potencialidades e um direcionamento da PCD, encaminhada pelas suas habilidades e interesses como candidato(a) ao mercado de trabalho, sendo o mais próximo encontrado por nós a Ficha de Cadastro utilizada anteriormente pela Rede Incluir, que focava principalmente nas debilitações relacionadas às deficiências e no direcionamento do sujeito de acordo com os cursos que já havia frequentado no projeto.

Assim, como dito, essa ferramenta não dava condições para direcionar corretamente o(a) aluno(a) ao curso mais indicado em seu contexto, o que torna de extrema importância a continuidade dos estudos que intervenham a favor do direcionamento dos profissionais PCD, tanto para capacitação quanto para posterior inserção no mercado de trabalho.

Atualmente existem lacunas notáveis na inclusão efetiva da pessoa com deficiência, pois nos diversos ambientes da sociedade predominam a discriminação, e as falhas nas condições de igualdade de direitos devido à falta de políticas públicas eficientes e, além do mais, há uma frequente desarticulação dos multiprofissionais envolvidos. Assim, através desse projeto de Extensão, iniciou-se a reparação dessas lacunas por meio de uma ferramenta que facilitará a empregabilidade eficiente e produtiva de pessoas com deficiência nas empresas, trará em pauta diferentes aspectos das PCD ainda não explorados pela academia, além de facilitar a prática de um projeto elaborado pela PUC Minas, que também tem como pauta a inclusão social focada nas potencialidades. Como explicitado, parte deste impasse vem da desarticulação multiprofissional,

falha esta que, foi imensamente trabalhada com os profissionais envolvidos na construção da ferramenta por processos de participações horizontais e complementares às diferentes práticas, possibilitando troca de conhecimentos e maior preparação dos estudantes para a vida profissional, mediante uma abordagem humanística, atuação sobre um tema atual e que necessita ser colocado em pauta por todas as áreas de conhecimento.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações e reflexões que a sociedade vem construindo, ao longo do tempo, em relação à temática da inclusão da pessoa com deficiência nos indicam que há um longo caminho a percorrer, embora existam relevantes setores que ativamente se debruçam para promover dispositivos os mais diversos que contribuem exponencialmente para esse fim. Nesse contexto, as pesquisas realizadas para a criação deste instrumento que favorece a triagem de habilidades desses sujeitos, para posterior direcionamento, projetam a viabilidade da integração social inclusiva, por meio da orientação efetiva para o mercado de trabalho.

Algumas considerações sobre os caminhos a se percorrer sob o enfoque da PCD estão diretamente ligadas a um posicionamento social inclusivo. Isso implica adotar práticas que apresentam um caráter interdisciplinar e multifacetado, compreendendo “o Ser” como o ponto de partida, observando os aspectos identitários, formativos e comunicacionais, além das expectativas da pessoa e do seu núcleo familiar. Finalmente, o diálogo com as contribuições dos especialistas de abordagens clínicas, pedagógicas e administrativas, de maneira coordenada e colaborativa, fomentam a avaliação integral e direcionam as intervenções.

A experiência no projeto de extensão universitária promove este encontro entre os saberes acadêmicos que embasam as ações práticas, coordenando os estudantes, professores e demais funcionários na atuação em prol da comunidade, seja ela local ou extensiva a outros espaços. Dessa forma, a realização das atividades extensionistas reafirma o compromisso da universidade em incentivar e promover de programas que atendam a população considerando sua diversidade, assegurando uma maior acessibilidade aos direitos individuais e coletivos.

Em virtude desses pressupostos, evidencia-se que os problemas que atingem as pessoas com deficiência são sobremodo abrangentes no que tange à inclusão. Tais aspectos revelam a necessidade de incentivo a / promoção de pesquisas que conduzam a devida capacitação para o esclarecimento dos interessados a esse respeito, promovendo reflexões críticas e novos posicionamentos proativos, além da ampla participação eficiente e inclusiva da sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

- AAKER, David A. et al. **Marketing Research**. New York: John Wiley & Sons, Inc, 2001.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, p. 292, 1988.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.133, de 14 de jul. de 2005**. Institui o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11133.htm>. Acesso em: 25 set. 2018.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.146, de 6 de jun. de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 27 set. 2018.
- BRASIL. **Lei nº 6.949, de 25 de ago. de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, Nova York, 30 mar. 2007. Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm>. Acesso em: 25 set. 2018.
- CARMO, Apolônio Abadio do. **Deficiência Física: a sociedade brasileira cria, “recupera” e discrimina**. Brasília: Secretaria dos Desportos/PR, p.230 1991.
- HILL-BRIGGS, F., DIAL, J. G., MORERE, D. A.; JOYCE, A. Neuropsychological assessment of persons with physical disability, visual impairment or blindness, and hearing impairment or deafness. **Archives of Clinical Neuropsychology**, 22, 389-404. 2007.
- LIKERT, Rensis. A technique for the measurement of attitudes. **Archives in Psychology**, v. 1. 22, nº 140, jun. 1932. 55 p.
- OLIVEIRA, Cassandra Melo; NUERNBERG, Adriano Henrique; NUNES, Carlos Henrique Sancineto da Silva. Desenho universal e avaliação psicológica na perspectiva dos direitos humanos. **Avaliação Psicológica**, v.12, n.3, p. 421-428, 2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/317461344_Desenho_universal_e_avaliacao_psicologica_na_perspectiva_dos_direitos_humanos>. Acesso em: 27 set. 2018.
- ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas (ONU). **Declaração dos direitos das pessoas deficientes**. 09 de dez. 1975. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf>. Acesso em: 25 set. 2018.
- ORGANIZAÇÃO Mundial da Saúde. **Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde**, Lisboa, 2004. Disponível em: <http://www.inr.pt/uploads/docs/cif/CIF_port_%202004.pdf>. Acesso em: 27 set. 2018.
- SILVA, Alexandre Antônio Bruno da; LEITÃO, André Studart; DIAS, Eduardo Rocha. O caminho da inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho: onde estamos? **Revista Opinião Jurídica**, Fortaleza, v. 14, n. 18, p. 13- 43, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/305078904_O_caminho_da_inclusao_de_pessoas_com_deficiencia_no_mercado_de_trabalho_onde_estamos>. Acesso em: 27 set. 2018.